

Coletânea de Legislação Ambiental 2019
Legislação Relativa à Área de Meio Ambiente
Diplomas Legais Recentes

JANEIRO

Decreto nº 9.640, de 27/12/2018. Regulamenta os procedimentos de emissão, registro, transferência, utilização e cancelamento da Cota de Reserva Ambiental–CRA. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 131, Janeiro de 2019.

Medida Provisória nº 867, de 26/12/2018. EMENTA: Altera a Lei nº12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre a extensão do prazo para adesão ao Programa de Regularização Ambiental. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 131, Janeiro de 2019.

Portaria ICMBio nº 1.046, de 03/12/2018. Aprova o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira, localizada nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 131, Janeiro de 2019.

Instrução Normativa ICMBio nº 21, de 18/12/2018. Disciplina os procedimentos para a elaboração, aprovação, publicação, implementação, monitoria, avaliação e revisão de Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 131, Janeiro de 2019.

Instrução Normativa Ibama nº 24, de 29/11/2018. Prorroga o prazo por 180 dias, previsto na Instrução Normativa IBAMA nº 21/2014, para emissão das Autorizações de Corte de Árvores Isoladas-CAI por meio do SINAFLOR. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 131, Janeiro de 2019.

Instrução Normativa Fundação Cultural Palmares nº 1, de 31/10/2018. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pela Fundação Cultural Palmares nos processos de licenciamento ambiental de obras, atividades ou empreendimentos que impactem comunidades quilombolas. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 131, Janeiro de 2019.

Medida Provisória nº 868, de 27/12/2018. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984/2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento; a Lei nº 10.768/2003, para alterar as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos; a Lei nº 11.445/2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País; e a Lei nº 13.529/2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 131, Janeiro de 2019.

PLS nº 312/2018. Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para impedir a contratação como Poder Público e a obtenção ou renovação de licença

ambiental enquanto não extinta a obrigação de indenizar as vítimas do dano ambiental. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 131, Janeiro de 2019.

PL nº 10.678/2018. Dispõe sobre a consulta prévia, livre e informada às comunidades indígenas e quilombolas necessária para emissão de licença ambiental para atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 131, Janeiro de 2019.

PLS nº 361/2018. Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para disciplinar medidas administrativas, procedimentos de destinação de bens apreendidos e sanções administrativas. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 131, Janeiro de 2019.

PL nº 10.764/2018. Dispõe sobre a utilização de canudos biodegradáveis ou recicláveis, em restaurantes, bares, quiosques, ambulantes, hotéis e similares. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 131, Janeiro de 2019.

PL nº 697/2018. Altera a Lei nº 14.626, de 29 de novembro de 2011, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 131, Janeiro de 2019.

PL nº 11.187/2018. Acrescenta dispositivo ao art. 32 da Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010, para proibir a comercialização e uso de sacolas, canudos e copos de material plástico em estabelecimentos comerciais. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 131, Janeiro de 2019.

PL nº 10.874/2018. Proíbe a mineração em faixa de dez quilômetros no entorno de unidades de conservação. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 131, Janeiro de 2019.

PLS nº 317/2018. Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incentivar a redução de perdas na distribuição de água tratada. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 131, Janeiro de 2019.

PL nº 10.996/2018. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas competência para ditar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 131, Janeiro de 2019.

PL nº 676/2018. Torna obrigatória a inserção de sistema de captação e armazenamento de água da chuva nos projetos arquitetônicos de novas

unidades escolares estaduais. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 131, Janeiro de 2019.

FEVEREIRO

Portaria SEI Nº 819, de 03 de dezembro de 2018. Ministério de Minas e Energia. Agência Nacional de Mineração. Estabelece instruções sobre análises oficiais de fontes de água mineral, termal, gasosa, potável de mesa ou destinada a fins balneários. Fonte: Sinopse DOU Seção 1 Ano 28 Nº 019 – 01 de fevereiro de 2019. Fonte: Agenda Legislativa CNI 2019. Unidade de Assuntos Legislativos – COAL. Fevereiro de 2019.

PLS 214/2015 do senador Álvaro Dias (Podemos/PR). Retira a atividade de silvicultura do rol de atividades de médio potencial poluidor para fins de licenciamento ambiental, previsto no Anexo III, Categoria 20, da Lei 6.938 de 1981. Fonte: Agenda Legislativa CNI 2019. Unidade de Assuntos Legislativos – COAL. Fevereiro de 2019.

PLS 495/2017 do senador Tasso Jereissati (PSDB/CE). Introduce os mercados da água na Lei como instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos. Fonte: Agenda Legislativa CNI 2019. Unidade de Assuntos Legislativos – COAL. Fevereiro de 2019.

PLS 92/2018 da senadora Rose de Freitas (PMDB/ES). Obriga a utilização de materiais biodegradáveis na composição de pratos, copos, talheres, canudos, bandejas e demais utensílios descartáveis destinados ao acondicionamento e ao manejo de alimentos prontos para o consumo. Fonte: Agenda Legislativa CNI 2019. Unidade de Assuntos Legislativos – COAL. Fevereiro de 2019.

PLS 93/2018 da senadora Rose de Freitas (PMDB/ES). Obriga os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos industrializados a estabelecer sistema de logística reversa e, quando for o caso, de reciclagem de materiais. Fonte: Agenda Legislativa CNI 2019. Unidade de Assuntos Legislativos – COAL. Fevereiro de 2019.

PLS 168/2018 do senador Acir Gurgacz (PDT/RO). Regulamenta o licenciamento ambiental revisto no inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal e dispõe sobre a avaliação ambiental estratégica. Fonte: Agenda Legislativa CNI 2019. Unidade de Assuntos Legislativos – COAL. Fevereiro de 2019.

PLS 194/2018 da senadora Ana Amélia (PP/RS). Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa dos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica. Fonte: Agenda Legislativa CNI 2019. Unidade de Assuntos Legislativos – COAL. Fevereiro de 2019.

PLS 312/2018 do senador Rudson Leite (PV/RR). Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para impedir a contratação com o Poder Público e a obtenção ou renovação de licença ambiental enquanto não extinta a obrigação

de indenizar as vítimas do dano ambiental. Fonte: Agenda Legislativa CNI 2019. Unidade de Assuntos Legislativos – COAL. Fevereiro de 2019.

PLP 559/2018 do deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP). Propõe uma Reformulação Tributária Ecológica, a fim de regulamentar o artigo 146-A, da Constituição Federal, instituir os princípios da essencialidade e do diferencial tributário pela sustentabilidade ambiental e oneração das emissões de gases de efeito estufa, e criar a taxaçoão sobre o carbono ("carbon tax"), na forma de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, para a sustentabilidade ambiental e a mitigação do aquecimento global. Fonte: Agenda Legislativa CNI 2019. Unidade de Assuntos Legislativos – COAL. Fevereiro de 2019.

PL 2732/2011 deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP). Estabelece diretrizes para a prevenção da contaminação do solo, cria a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre Substâncias Perigosas e o Fundo Nacional para a Descontaminação de Áreas Órfãs Contaminadas e altera art. 8º da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Fonte: Agenda Legislativa CNI 2019. Unidade de Assuntos Legislativos – COAL. Fevereiro de 2019.

PL 7535/2017 do deputado Carlos Gomes (PRB/RS). Dispõe sobre incentivos para fomentar a indústria da Reciclagem - cria o Fundo de Apoio para Ações Voltadas à Reciclagem - FAVORECICLE e o Fundo de Investimento para projetos de Reciclagem – PRORECICLE. Fonte: Agenda Legislativa CNI 2019. Unidade de Assuntos Legislativos – COAL. Fevereiro de 2019.

PL 8831/2017 do deputado Nilto Tato (PT/SP). Modifica a legislação que define as diretrizes básicas para o zoneamento industrial em áreas críticas de poluição. Fonte: Agenda Legislativa CNI 2019. Unidade de Assuntos Legislativos – COAL. Fevereiro de 2019.

PL 10412/2018 do deputado Deley (PTB/RJ). Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, para prever requisitos para a concessão ou renovação da licença ambiental. Fonte: Agenda Legislativa CNI 2019. Unidade de Assuntos Legislativos – COAL. Fevereiro de 2019.

MSC 245/2012 do Poder Executivo. Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo de Nagoia sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Derivados de sua Utilização à Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), concluído durante a 10ª Reunião da Conferência das Partes na Convenção, realizada em outubro de 2010 (COP-10), e assinado pelo Brasil no dia 2 de fevereiro de 2011, em Nova Iorque. Fonte: Agenda Legislativa CNI 2019. Unidade de Assuntos Legislativos – COAL. Fevereiro de 2019.

Instrução Normativa Nº 09, de 25 de fevereiro de 2019. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Estabelecer critérios e procedimentos para anuência prévia à supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração na área de aplicação da Lei Federal nº 11.428, de 22

de dezembro de 2006, bem como para o monitoramento e avaliação do cumprimento das condicionantes técnicas expressas na anuência, nos termos da citada Lei e do Decreto Federal nº 6.660, de 21 de novembro de 2008”. Fonte: Sinopse D.O.U. Seção 1. CNI. Ano 28, Nº 30 – 27 de fevereiro de 2019.

Instrução Normativa Nº 08, de 20 de fevereiro de 2019. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis que “Estabelece os procedimentos administrativos no âmbito do IBAMA para a delegação de licenciamento ambiental de competência federal para Órgão Estadual de Meio Ambiente - OEMA ou Órgão Municipal de Meio Ambiente - OMMA. Fonte: Sinopse D.O.U. Seção 1. CNI. Ano 28, Nº 31 – 28 de fevereiro de 2019.

MARÇO

Portaria Nº 888, de 7 de março de 2019. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações Gabinete do Ministro. Institui o Programa de Apresentação de Unidades de Dessalinização e Purificação de Águas Salobras e Salinas para Teste e Análise de Desempenho (Para a região do Semiárido Brasileiro). Fonte: Sinopse D.O.U. Seção 1. CNI. Ano 28, Nº 34 – 8 de março de 2019.

Programa Executivo S/Nº, Ministério das Relações Exteriores Secretaria Geral das Relações Exteriores entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente fundamentado no Acordo Básico de Assistência Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Implementação do projeto Avaliação das necessidades tecnológicas para a implementação de planos de ação climática no Brasil. Fonte: Sinopse D.O.U. Seção 1. CNI. Ano 28, Nº 34 – 8 de março de 2019.

Recomendação Nº 407, de 13 de março de 2019. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Proteção Global. Recomendando que a identificação, a delimitação, a demarcação e os registros das terras tradicionalmente ocupadas por indígenas e o licenciamento ambiental nas terras indígenas permaneça como área de competência da Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Fonte: Sinopse D.O.U. Seção 1. CNI. Ano 28, Nº 38 – 14 de março de 2019.

Instrução Normativa Nº 11 de 14 de março de 2019. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Suspender o início de vigência da Instrução Normativa nº 1, de 02 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 11 de janeiro de 2018 e posteriormente revisada pela Instrução Normativa nº 8, de 23 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 02 de março de 2018, até a manifestação definitiva da Advocacia Geral da União (AGU) para a resolução da divergência jurídica entre os órgãos de assessoramento jurídico desta Autarquia e da Agência Nacional do Petróleo. Fonte: Sinopse D.O.U. Seção 1. CNI. Ano 28, Nº 40 – 18 de março de 2019.

Portaria Nº 209, de 22 de março de 2019. Ministério do Meio Ambiente. Aprova o Plano Nacional para Combate ao Lixo no Mar. Fonte: Sinopse D.O.U. Seção 1. CNI. Ano 28, Nº 42 – 27 de março de 2019.

Ato do Congresso Nacional Nº 15, de 2019. Atos do Presidente da Mesa do Congresso Nacional. Prorroga pelo período de 60 dias, a vigência da MPV nº 867, de 26 de dezembro de 2018, publicada no DOU no dia 27, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre a extensão do prazo para adesão ao Programa de Regularização Ambiental". Fonte: Sinopse D.O.U. Seção 1. CNI. Ano 28, Nº 43 – 28 de março de 2019.

ABRIL

Portaria Nº 1.631, de 1º de abril de 2019. Ministério de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Institui o Comitê Técnico Consultivo do Projeto "Avaliação das Necessidades Tecnológicas para Implementação de Planos de Ação Climática no Brasil". Fonte: Diário Oficial da União. 03/04/2019. Edição: 64, Seção: 1, Página: 9. Órgão: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações/Gabinete do Ministro.

Decreto nº 9.760, de 11.4.2019. Altera o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações. Fonte: Resenha Diária. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 12/04/19.

Instrução Normativa Nº 8, de 20 de fevereiro de 2019. Ministério do Meio Ambiente Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Estabelece procedimentos administrativos no âmbito do IBAMA para a delegação de licenciamento ambiental de competência federal para Órgão Estadual de Meio Ambiente - OEMA ou Órgão Municipal de Meio Ambiente – OMMA. Fonte: Sinopse D.O.U. Seção 1. CNI. Ano 27, Nº 54 – 18 a 22 de abril de 2019.

Portaria Conjunta Nº 298, de 23 de abril de 2019, Ministério do Meio Ambiente. Gabinete do Ministro. Altera a Portaria Conjunta nº 225, de 30 de junho de 2011 (Citada Portaria criou, no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, o Comitê de Compensação Ambiental Federal – CCAF). Fonte: Sinopse D.O.U. Seção 1. CNI. Ano 27, Nº 56 – 24 de abril de 2019.

Portaria Nº 299, de 23 de abril de 2019. Ministério do Meio Ambiente. Gabinete do Ministro. Institui Grupo de Trabalho para regulamentação do Decreto nº 9.760, de 11 de abril de 2019 (Citado Decreto dispõe sobre as sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações). Fonte: Sinopse D.O.U. Seção 1. CNI. Ano 27, Nº 56 – 24 de abril de 2019.

PLS 263/2018. Comissão aprova projeto que proíbe a fabricação, importação e distribuição de cosméticos que contenham qualquer tipo de micropartículas de plástico, assim como de sacolas plásticas e de utensílios plásticos descartáveis para consumo de alimentos e bebidas. Fonte: Novidades Legislativas • Nº 16 • 24 de abril de 2019

PLS 375 de 2016. A Comissão de Meio Ambiente do Senado – CMA, aprova exigência de logística reversa para medicamentos. A Comissão de Meio Ambiente do Senado aprovou o parecer. O projeto prevê a inclusão de medicamentos de uso humano e suas embalagens entre os produtos que possuem obrigação legal de implantarem sistemas de logística reversa. A emenda aprovada na Comissão estabelece a obrigação das farmácias e distribuidoras de coletarem os resíduos e das indústrias de recolherem o material nas sedes das distribuidoras e promover o tratamento final e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. Também tipifica como crime na Lei de Crimes Ambientais o descumprimento de obrigação relativa a estruturação e implementação de sistema de logística reversa. Fonte: Novidades Legislativas • Nº 16 • 24 de abril de 2019.

MAIO

Portaria Nº 307, de 30 de abril de 2019, Ministério do Meio Ambiente Gabinete do Ministro. Aprova o Programa Nacional Lixão Zero. Fonte: Sinopse, nº 61, de 02 de maio de 2019.

Portaria Interministerial nº 274, de 30.04.2019. Meio Ambiente, Minas e Energia e Desenvolvimento Regional. Disciplina a recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos (RSU) prevista na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010 de 2010 e no art. 37 do Decreto nº 7.404, de 2010. A recuperação energética dos RSU – assim entendidos os domiciliares e os de limpeza urbana – constitui uma das formas de destinação final ambientalmente adequada e está condicionada tanto à comprovação de sua viabilidade técnica, ambiental e econômico-financeira quanto à implantação de programa de monitoramento de emissão de gases tóxicos aprovado pelo órgão ambiental competente. De acordo com a Portaria Interministerial nº 274/2019, qualquer unidade dedicada ao tratamento térmico de RSU com recuperação de energia térmica gerada pela combustão, com vistas à redução de volume e periculosidade, preferencialmente associada à geração de energia térmica ou elétrica, denomina-se Usina de Recuperação Energética (URE). A Portaria Interministerial nº 274/2019 estabelece diretrizes operacionais para as UREs, além de tornar obrigatória a elaboração de plano de contingência e de plano de emergência, assim como de plano de desativação previamente ao encerramento das atividades. Fonte: Welsberg Advogados. 03/05/19.

MPV 868/2018. Novo Marco Legal do Saneamento Básico é aprovado na Comissão Mista. A Comissão Mista destinada a proferir parecer à MPV 868/2018, aprovou o relatório do Senador Tasso Jereissati PSDB/CE, que aprova a medida provisória na forma do Projeto de Lei de Conversão. O texto aprovado é importante para abertura do mercado de saneamento à competição.

Aprovado na forma como está, o novo marco regulatório do saneamento trará um fluxo estruturado de investimentos ao setor. Fonte: Novidades Legislativas. Ano 22 • Nº 18 • 07 de maio de 2019.

MPV 867/18. Prorrogação do prazo de adesão ao Programa de Regularização Ambiental. A comissão mista destinada a proferir parecer à MPV 867/18, aprovou o relatório do deputado Sérgio Souza (MDB-PR) que prorroga até 31 de dezembro de 2020, o prazo de adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). O texto aprovado estabelece que a inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural (CAR) é condição obrigatória para que propriedades e posses rurais possam aderir aos PRAs, a serem implantados pela União, estados e Distrito Federal. As instituições financeiras só concederão crédito rural, de custeio e de investimento aos empreendimentos e explorações em imóvel rural que esteja inscrito no CAR. O projeto de lei de conversão admite a alteração do uso ou da atividade desenvolvida em áreas consolidadas. Uma vez cumpridas as obrigações assumidas no PRA, a integralidade do imóvel será considerada ambientalmente regularizada para fins legais, sem prejuízo da incidência de normas relativas ao licenciamento ambiental, quando cabíveis. Essas disposições aplicam-se a imóveis rurais localizados em todos os biomas e regiões do país, prevalecendo sobre disposições conflitantes que estejam contidas em legislação esparsa, abrangendo a regularização de fatos pretéritos à edição da lei que entrar em vigor. O texto prevê ainda que a assinatura do termo de compromisso de adesão ao PRA suspende a vigência de outros termos de compromisso eventualmente já firmados em razão dos mesmos fatos. Após o cumprimento das condições impostas no termo de compromisso firmando em razão da adesão ao programa, restarão extintos outros termos similares em razão de fatos idênticos. Fonte: Novidades Legislativas. Ano 22 • Nº 19 • 08 de maio de 2019.

Instrução Normativa Nº 8, de 08 de maio de 2019. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Gabinete da Ministra. Estabelece cota de captura e medidas associadas para a temporada de pesca de tainha (*Mugil liza*) do ano de 2019. Fonte: Sinopse, nº 67, de 09 de maio de 2019.

Resolução – RDC Nº 638, de 21 de maio de 2019. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Consulta Pública. Estabelecendo o prazo de 45 dias para envio de comentários e sugestões ao texto da 2ª edição do Formulário de Fitoterápicos da Farmacopeia Brasileira. Fonte: Sinopse, nº 74, de 22 de maio de 2019.

Estado do RJ. Resolução SEAS nº 13, de 13 de maio de 2019. Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. Ato da Secretária. Regulamenta o Ato Declaratório de Embalagens e o Plano de Metas e Investimentos estabelecidos no Sistema de Logística Reversa de Embalagens e Resíduos de Embalagens. Fonte: Welsberg Advogados. 13/05/19.

Norma Nº 5, de 12 de abril de 2019. Ministério da Infraestrutura. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Instruções Normativas. Instituído no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, o rito do Processo Administrativo de Apuração de

Responsabilidade por Custos Ambientais - PRCA para verificação da responsabilidade de consorciados, convenientes, intervenientes e fornecedores em relação aos custos ambientais impostos ao DNIT em razão de infrações ambientais praticadas. Fonte: Sinopse, nº 77, de 28 de maio de 2019.

Decreto nº 9.806, de 28 de maio de 2019. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Altera o Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, para dispor sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. Integrará o Plenário do Conama, dois representantes indicados pelas entidades empresárias, dentre elas a CNI. Fonte: Resenha Diária. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 29/05/19.

PL 7533/17 – Lei de Apoio à Reciclagem. Dispõe sobre incentivos para fomentar a indústria da Reciclagem - cria o Fundo de Apoio para Ações Voltadas à Reciclagem - FAVORECICLE e o Fundo de Investimento para projetos de Reciclagem – PRORECICLE. Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Fonte: CNI.

PLS 375/16 – Logística Reversa de Medicamentos. Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências, para inserir medicamentos de uso humano e suas embalagens no rol de produtos para os quais é obrigatória a implementação de sistema de logística reversa. Em tramitação. Comissão de Assuntos Sociais (Secretaria de Apoio à Comissão de Assuntos Sociais). Fonte: CNI.

MPU 868/18 – Reforma dos Marcos Legais de Saneamento. Facilita a privatização de empresas públicas de saneamento básico, estimula a competitividade no setor e obriga o pagamento de tarifas mesmo sem conexão ao serviço de água e esgoto. Em tramitação. Fonte: CNI.

Decreto nº 9.813, de 30 de maio de 2019. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Altera o Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018, que dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Fonte: Resenha Diária. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 31/05/19.

JUNHO

Decreto nº 9.817, de 3 de junho de 2019. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Altera o decreto nº 7.950, de 12 de março de 2013, para dispor sobre a composição e o funcionamento do comitê gestor da rede integrada de bancos de perfis genéticos. Fonte: Resenha Diária. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 31/05/19.

PL 3.261/2019. Apresentado pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) para substituir a Medida Provisória 868/2018, foi aprovado hoje, 05.06.2019, na Comissão de Infraestrutura do Senado Federal. A nova Lei aprimora as normas para a iniciativa privada operar no setor e aumenta a isonomia competitiva entre companhias públicas e privadas. Fonte: Novidades Legislativas. Ano 22 • Nº 18 • 07 de maio de 2019.

Decreto nº 9.824, de 4.6.2019. Declara de interesse social a atividade em salina, destinada à produção e ao beneficiamento de sal marinho, nos Municípios de Mossoró, Macau, Areia Branca, Galinhos, Grossos, Porto do Mangue, Pendências e Guamaré, Estado do Rio Grande do Norte. Fonte: Resenha Diária. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 05/06/19.

Lei Nº 13.838, de 4 de junho de 2019. Ato do Poder Legislativo que Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para dispensar a anuência dos confrontantes na averbação do georreferenciamento de imóvel rural. Origem: PLC 120/2017 (PL 7790/2014 do deputado Irajá Abreu – PSD/TO). Fonte: Sinopse, nº 83, de 05 de junho de 2019.

MPV 867, de 26 de dezembro de 2018. Ato do Congresso Nacional Nº 35, de 2019. Informa que a MPV 867, de 26 de dezembro de 2018, que "Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre a extensão do prazo para adesão ao Programa de Regularização Ambiental", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 3 de junho do corrente ano. Foco da MPV: Prorrogação do prazo de adesão ao Programa de Regularização Ambiental – PRA. Fonte: Sinopse, nº 83, de 05 de junho de 2019.

Portaria Nº 111, de 4 de junho de 2019. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Gabinete da Ministra. Aprovando o Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas - PNDF. Fonte: Sinopse, nº 83, de 05 de junho de 2019.

Portaria Nº 44, de 31 de maio de 2019. Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União. Amplia a aplicabilidade da Portaria 113/2017 para as praias marítimas urbanas e não urbanas" (Alterando a Lei 13.240/2015, no tocante a transferência, pela União, aos Municípios a gestão das orlas e praias marítimas, estuarinas, lacustres e fluviais federais, inclusive as áreas de bens de uso comum com exploração econômica, tais como calçadões, praças e parques públicos). Fonte: Sinopse, nº 85, de 10 de junho de 2019. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 133, Abril de 2019.

Instrução Normativa IBAMA nº 8, de 20/02/2019. Estabelece os procedimentos administrativos no âmbito do Ibama para a delegação de licenciamento ambiental de competência federal para Órgão Estadual de Meio Ambiente-OEMA ou Órgão Municipal de Meio Ambiente-OMMA. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 133, Abril de 2019.

Instrução Normativa IBAMA nº 9, de 25/02/2019. Estabelece critérios e procedimentos para anuência prévia à supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração na área de aplicação da Lei Federal nº 11.428/2006, bem como para o monitoramento e avaliação do cumprimento das condicionantes técnicas expressas na anuência,

nos termos da citada Lei e do Decreto Federal nº 6.660/2008. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 133, Abril de 2019.

PL 71/2019. Altera o art. 14 da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para dispor sobre os prazos estabelecidos para tramitação dos processos de licenciamento ambiental. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 133, Abril de 2019.

PL 1021/2019. Altera o Decreto Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 - Código de Mineração e dá outras providências. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 133, Abril de 2019.

PL 926/2019. Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010. Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, para aprimorar os requisitos de elaboração e os critérios para implantação do Plano de Ação de Emergência(PAE). Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 133, Abril de 2019.

PL 1693/2019. Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 133, Abril de 2019.

PL 1770/2019. Dispõe sobre a responsabilidade de gestores de empresas pela prática de crime, alterando a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens e altera a redação do art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e do art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 133, Abril de 2019.

PL 1181/2019. Dispõe sobre a proibição da fabricação, comercialização e uso de canudos plásticos em todo o território nacional. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 133, Abril de 2019.

PL 1082/2019. Insere o art. 19-A na Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010 (Lei da Política Nacional de Segurança de Barragens-PNSB), para proibir a construção de barragens de rejeito de mineração com a utilização do método de alteamento a montante e obrigar à desativação e à descaracterização das existentes. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 133, Abril de 2019.

PL 1083/2019. Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que instituiu Política Nacional de Segurança de Barragens, para dispor sobre instalação do sistema de alerta. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 133, Abril de 2019.

PL 550/2019. Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010 (Lei de Segurança de Barragens), para reforçar a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB); a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (Lei das Águas), para dotar de novos instrumentos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), no exercício de sua atribuição de zelar pela implementação da PNSB; a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para instituir o pagamento da

Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) em caso de suspensão da produção de vido a acidente ou rompimento de barragem; a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para classificar como hediondo o crime de poluição ambiental com resultado morte; a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), para tipificar o crime de poluição com resultado morte e determinar que, em situação de acidente, a multa por infração ambiental seja revertida à região afetada; a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989 (Lei do Fundo Nacional do Meio Ambiente), para incluir, entre as aplicações financeiras prioritárias, a recuperação de áreas degradadas por acidentes ou desastres ambientais; e a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 (Lei da Defesa Civil), para determinar ao SINPDECA manutenção de canal de comunicação para o recebimento de denúncias e informações relacionadas à segurança de barragens. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 133, Abril de 2019.

PL 969/2019. Institui, em todo o território nacional, o Programa de Incentivo à Redução do Consumo de Materiais Plásticos. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 133, Abril de 2019.

PL 875/2019. Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, para tratar da conversão de multas. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 133, Abril de 2019.

PL 966/2019. Altera a Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para elevar o valor mínimo e o valor máximo da multa possível para infrações administrativas relativas ao meio ambiente. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 133, Abril de 2019.

PL 1459/2019. Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para redefinir o percentual de Reserva Legal nos imóveis rurais localizados no bioma Cerrado. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 133, Abril de 2019.

PL 1553/2019. Altera a Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, para dispor sobre os critérios de criação de unidades de conservação. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 133, Abril de 2019.

PL 1551/2019. Revoga o Capítulo IV–Da Reserva Legal, da Lei Nº12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para garantir o direito constitucional de propriedade. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 133, Abril de 2019.

PL 1641/2019. Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incluir entre os fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos a determinação sobre o emprego da água de menor qualidade em usos menos exigentes. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 133, Abril de 2019.

PL 1779/2019. Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para possibilitar o uso tecnologias de monitoramento e rastreamento remoto no controle e

fiscalização do gerenciamento de resíduos sólidos. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 133, Abril de 2019.

PL 1496/2019. Dispõe sobre aplicações alternativas e sustentáveis aos resíduos e rejeitos de correntes da exploração mineral, altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e dá outras providências. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 133, Abril de 2019.

PL 1134/2019. Dispõe sobre a logística reversa de medicamentos. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 133, Abril de 2019.

PL 1064/2019. Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para incluir óleos e gorduras de uso culinário como produtos do sistema de logística reversa. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 133, Abril de 2019.

Medida provisória nº 884, de 14 de junho de 2019. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei: Art. 1º A Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações: Art. 29. § 3º A inscrição no CAR será obrigatória para todas as propriedades e posses rurais. (NR). Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação. Fonte: Resenha Diária. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 14/06/19.

Resolução Nº 791, de 12 de junho de 2019. Ministério de Minas e Energia Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Dispõe sobre a individualização das metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis, no âmbito da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio)". Fonte: Sinopse, nº 89, de 14 de junho de 2019.

Portaria Nº 121, de 18 de junho de 2018, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Gabinete da Ministra. Instituinto, no âmbito deste Ministério, o Programa Bioeconomia Brasil – Sociobiodiversidade, que tem como objetivo geral a promoção e a articulação de parcerias entre o Poder Público, pequenos agricultores, agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e seus empreendimentos e o setor empresarial, visando a promoção e estruturação de sistemas produtivos baseados no uso sustentável dos recursos da sociobiodiversidade e do extrativismo, da mesma forma a produção e utilização de energia a partir de fontes renováveis que permitam ampliar a participação desses segmentos nos arranjos produtivos e econômicos que envolvam o conceito da bioeconomia. Fonte: Sinopse, nº 92, de 19 de junho de 2019.

Decreto nº 9.841, de 18 de junho de 2019. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Dispõe sobre o Programa Nacional de Zoneamento Agrícola de Risco Climático. Fonte: Resenha Diária. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 19/06/19.

Resolução nº 791/2019. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Dispõe sobre os critérios para individualizar as metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa (GEE) a serem impostas aos distribuidores de combustíveis fósseis. Fonte: Welsberg Advogados. 25/06/19.

Resolução Nº 493, de 24 de junho de 2019. Ministério do Meio Ambiente Conselho Nacional do Meio Ambiente. Estabelece a Fase PROMOT M5 de exigências do Programa de Controle da Poluição do Ar por Motociclos e Veículos similares - PROMOT para controle de emissões de gases poluentes e de ruído por ciclomotores, motociclos e veículos similares novos, altera as Resoluções CONAMA nºs 297/2002 e 432/2011, e dá outras providências. Fonte: Sinopse, nº 92, de 26 de junho de 2019.

Decreto nº 9.858, de 25.6.2019. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Dispõe sobre a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. Fonte: Resenha Diária. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 27/06/19.

PL 10.458/2018. Comissão de Meio da Câmara dos Deputados. Aprova alterações na Lei de Crimes Ambientais. Aprovou o PL 10.458/2018 que define os prazos processuais para a apuração de infrações ambientais. A medida é positiva, pois confere maior clareza e previsibilidade às etapas da apuração, que hoje são incertas e geram insegurança jurídica. A proposta considera o início do prazo para o julgamento do auto de infração a partir da conclusão da instrução processual e permite a prorrogação, por mais trinta dias, desde que expressamente motivada. Outra modificação presente no projeto é a previsão, atualmente inexistente na lei, de que o marco temporal para o início da contagem do prazo para que o infrator possa recorrer se inicia a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão. O projeto segue para apreciação, em caráter conclusivo, na Comissão de Constituição e Justiça. A Comissão também aprovou o PL 383 de 2011, que inclui no rol de sanções restritivas de direito em infrações ambientais, a proibição de contratar com a Administração Pública e de obtenção de subsídios, subvenções ou doações, pelo período de até três anos. A matéria segue para a apreciação na Comissão de Finanças e Tributação. Fonte: Novidades Legislativas. Ano 22 • Nº 36 • 27 de maio de 2019.

PL 4452 de 2016. CME rejeita projeto que previa o aumento da alíquota da CFURH A Comissão de Minas e Energia (CME) DA Câmara dos Deputados rejeitou o PL 4452 de 2016 que prevê, em seu texto inicial, o aumento de 7 para 10% da alíquota da Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos, que incide sobre o valor da energia faturada em hidroelétricas, restrita às usinas localizadas na Bacia do Rio São Francisco. O relator na CME propôs um aumento menor de 10 para 8,25%. A CNI apresentou material técnico identificando o impacto financeiro da medida, que seria repassado para as tarifas, onerando a sociedade e as atividades econômicas. Também demonstrou que o modelo proposto não resolveria a ineficiência na gestão dos recursos gerados, tanto pela CFURH, como pelo pagamento pelo uso dos recursos hídricos. Os argumentos do setor industrial foram acatados pelo dep. Joaquim

Passarinho (PSD/PA), que apresentou Voto em Separado pela rejeição da matéria, que se tornou o voto vencedor. A matéria, que tem origem no Senado, seguirá para apreciação, em caráter terminativo, nas Comissões de Meio Ambiente (CMADS), Finanças e Tributação (CFT) e Constituição e Justiça. Fonte: Novidades Legislativas. Ano 22 • Nº 39 • 15 de maio de 2019.

Decretos Nº 9.864, de 27 de junho 2019. Atos do Poder Executivo Regulamenta a Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, e dispõe sobre o Comitê Gestor de Indicadores e Níveis de Eficiência Energética. Fonte: Sinopse, nº 98, de 01 de junho de 2019.

JULHO

Ementa. Ato do Presidente da Câmara dos Deputados, de 03/06/2019. Institui Grupo de Trabalho destinado a analisar o marco legal concernente ao licenciamento ambiental brasileiro e apresentar propostas quanto ao seu aperfeiçoamento. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 134, Abril de 2019.

Decreto nº9.760, de 11/04/2019. Altera o Decreto nº6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 134, Abril de 2019.

Decreto nº9.806, de 28/05/2019. Altera o Decreto nº99.274, de 6 de junho de 1990, para dispor sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 134, Abril de 2019.

Portaria MMA nº307, de 30/04/2019. Aprova o Programa Nacional Lixão Zero. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 134, Abril de 2019.

Portaria MMA nº275, de 05/04/2019. Delega ao Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA e, em seus impedimentos legais, ao respectivo substituto, a competência para a manifestação do Ministério do Meio Ambiente a que se refere a Resolução CNPE nº17/2017. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 134, Abril de 2019.

Portaria Interministerial MMA/MME/MDR nº274, de 30/04/2019. Disciplina a recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos referida no § 1º do art. 9º da Lei nº 12.305, de 2010 e no art. 37 do Decreto nº7.404, de 2010. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 134, Abril de 2019.

Portaria Conjunta MMA/IBAMA/ICMBio nº298, de 23 /04/ 2019. Altera a Portaria Conjunta nº225, de 30 de junho de 2011 que criou, no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, o Comitê de Compensação Ambiental Federal-CCAF. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 134, Abril de 2019.

Instrução Normativa MAPA nº7, de 29/04/2019. Prorroga as Autorizações de Pesca por 120 dias para todas as embarcações pesqueiras que tenham o seu requerimento de renovação de Registro e Autorização de Embarcação Pesqueira protocolado nas Representações Federais da Aquicultura e Pesca nas Unidades da Federação, dentro do prazo previsto na Instrução Normativa MPA nº09/2011. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 134, Abril de 2019.

Instrução Normativa MAPA nº9, de 08/05/2019. Estabelece critérios e procedimentos para a concessão de autorização de pesca para a Captura de tainha (*Mugil liza*) na safra de 2019, para as regiões Sudeste e Sul do Brasil. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 134, Abril de 2019.

PL 2.707/2019. Altera a Lei nº12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, para obrigar o empreendedor de barragens para fins de disposição final ou temporária de rejeitos de mineração a contratar auditoria externa. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 134, Abril de 2019.

PL 5.15/2019. Altera a Lei nº 12.334, de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Segurança de Barragens. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 134, Abril de 2019.

PL 3.744/2019. Disciplina a venda e distribuição de sacolas plásticas a consumidores para acondicionamento e transporte de mercadorias adquiridas em estabelecimentos comerciais e dá outras providências. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 134, Abril de 2019.

PL 2.950/2019. Dispõe sobre normas gerais de proteção aos animais em situação de desastre e altera as Leis nos 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais) e 12.334, de 20 de setembro de 2010 (Política Nacional de Segurança de Barragens–PNSB), para tipificar crimes de maus tratos a animais relacionados a ocorrência de desastres e para incluir os cuidados com animais vitimados por desastres na PNSB. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 134, Abril de 2019.

PL 3.571/2019. Altera a Lei nº9 .782, de 26 de janeiro de 1999, que Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, para tratar da importação de medicamentos e insumos farmacêuticos. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 134, Abril de 2019.

PL 2.362/2019. Revoga o Capítulo IV da Reserva Legal, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para garantir o direito constitucional de propriedade. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 134, Abril de 2019.

MPV 884/2019. Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 134, Abril de 2019.

PL 3.745/2019. Dispõe sobre a proibição do uso de agrotóxicos com os ingredientes ativos clotianidina, tiametoxam, imidacloprido, acetamiprido e tiacloprido. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 134, Abril de 2019.

PL 3.653/2019. Dispõe sobre a criação do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar-FUNPESCAR. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 134, Abril de 2019.

PL 3.430/2019. Altera dispositivos da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para disciplinar a intervenção e implantação de instalações necessárias à recuperação e proteção de nascentes. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 134, Abril de 2019.

PL 3.511/2019. Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre o Programa de Regularização Ambiental (PRA) e o Cadastro Ambiental Rural(CAR). Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 134, Abril de 2019.

PL 3.507/2019. Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais e Ecológicos-PNSAE. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 134, Abril de 2019.

PL 3.591/2019. Altera a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para reduzir a alíquota da Compensação Financeira pela Exploração Mineral incidente sobre o calcário para uso agrícola. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 134, Abril de 2019.

PL 3.714/2019. Dispõe sobre critérios para o licenciamento ambiental de barragens de rejeitos de mineração e altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 134, Abril de 2019.

PL 2.895/2019. Altera as Leis nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, afim de estabelecer a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos alimentos, reduzir seu desperdício e aumentar o aporte de alimentos a organizações e entidades de assistência social. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 134, Abril de 2019.

PL 3.743/2019. Veda a utilização de sacolas plásticas em estabelecimentos comerciais de todo o país. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 134, Abril de 2019.

PL 3.261/2019. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei do Saneamento Básico), para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005 (Lei de Consórcios Públicos), para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição

Federal, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metr pole), para estender seu âmbito de aplica o às microrregiões, e a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Lei de Resíduos Sólidos), para tratar de prazos para a disposi o final ambientalmente adequada dos rejeitos. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 134, Abril de 2019.

PL 3.480/2019. Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constitui o Federal, e altera o art. 1  da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, para que a prote o ao patrimônio turístico e paisagístico seja verificada na outorga de recursos hídricos para aproveitamento dos potenciais hidrelétricos. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 134, Abril de 2019.

Memorando de Entendimento S/N , entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina. Ministério das Rela es Exteriores. Secretaria-Geral das Rela es Exteriores. Memorando sobre coopera o na área de bioenergia, incluindo biocombustíveis. Fonte: Sinopse, nº 109, de 17 de junho de 2019.

Resolu o N  3.208, de 16 de julho de 2019, Ministério da Infraestrutura Secretaria Executiva Portaria Agência Nacional de Transportes Terrestres. Institui Grupo de Trabalho para supervisionar e apoiar as a es do Programa Federal de Faixas de Domínio - PROFAIXA. Fonte: Sinopse, nº 110, de 18 de junho de 2019.

Decreto nº 9.932, de 23 de julho de 2019. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Institui o Comitê Técnico de Acompanhamento da Avalia o Ambiental de  rea Sedimentar da Bacia Sedimentar Marítima de Sergipe-Alagoas e Jacuípe. Fonte: Resenha Diária. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 24/07/19.

Decreto nº 9.939, de 24 de julho de 2019. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Altera o Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, para dispor o Conselho Nacional do Meio Ambiente. Fonte: Resenha Diária. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 25/07/19.

Decreto nº 9.937, de 24 de julho de 2019. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Institui o Programa de Prote o aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas e o Conselho Deliberativo do Programa de Prote o aos Defensores dos Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Fonte: Resenha Diária. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 25/07/19.

Decreto nº 9.941, de 25 de julho de 2019. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Dispõe sobre o Comitê das

Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia. Fonte: Resenha Diária. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 26/07/19.

Portaria Conjunta Nº 453, de 22 de julho de 2019. Ministério do Meio Ambiente. Gabinete do Ministro. Institui Comissão de Planejamento, Coordenação e Supervisão de processos referentes à concessão de serviços, áreas ou instalações de unidades de conservação federais para a exploração de atividades de visitação. Fonte: Sinopse, nº 118, de 30 de julho de 2019.

Instrução Normativa Nº 21, de 29 de julho de 2019. Ministério do Meio Ambiente. Gabinete do Ministro. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Alterando a Instrução Normativa nº 21, de 24 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Controle de Origem dos Produtos Florestais – SINAFLOR, que tem a finalidade de controlar a origem da madeira, do carvão e de outros produtos e subprodutos florestais e integrar os respectivos dados dos diferentes entes federativos. Fonte: Sinopse, nº 118, de 30 de julho de 2019.

Portaria nº 464, de 30 de julho de 2019. Ministério do Meio Ambiente. Gabinete do Ministro. Torna pública a abertura de processo de consulta pública da proposta de Acordo Setorial para a implantação de Sistema de Logística Reversa de Produtos Eletroeletrônicos de uso doméstico e seus componentes. Fonte: DOU – Seção 1. 31/07/19.

AGOSTO

Decreto nº 9.954, de 5 de agosto de 2019. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Dispõe sobre a qualificação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. Fonte: Resenha Diária. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 05/08/19.

Portaria Conjunta Nº 1, de 7 de agosto de 2019. Ministério de Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Institui o Núcleo de Conciliação Ambiental no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, (Criando unidades nos estados, no DF e em Santarém – PA). Fonte: Sinopse, nº 127, de 12 de agosto de 2019.

Consulta Pública Nº 685, de 12 de agosto de 2019. Ministério da Saúde de junho de 2011 • www.cni.org.br Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Estabelecendo o prazo de 45 dias para envio de comentários e sugestões ao texto da Proposta de iniciativa para revisão da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 50, de 20 de setembro de 2011, que dispõem sobre estudos de estabilidade de produtos biológicos. Fonte: Sinopse, nº 129, de 14 de agosto de 2019.

Consulta Pública Nº 686, de 12 de agosto de 2019. Ministério da Saúde de junho de 2011 • www.cni.org.br Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Estabelecendo o prazo de 60 dias para envio de comentários e sugestões ao texto da Proposta de iniciativa complementar para revisão da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 49, de 20 de setembro de 2011, que dispõe sobre alterações pós-registro de produtos biológicos. Fonte: Sinopse, nº 129, de 14 de agosto de 2019.

Consulta Pública Nº 687, de 12 de agosto de 2019. Ministério da Saúde de junho de 2011 • www.cni.org.br Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Estabelecendo o prazo de e 60 dias para envio de comentários e sugestões ao texto da proposta de iniciativa para revisão da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 49, de 20 de setembro de 2011, que dispõe sobre alterações pós-registro de produtos biológicos. Fonte: Sinopse, nº 129, de 14 de agosto de 2019.

Decreto nº 9.975, de 16 de agosto de 2019. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Dispõe sobre a avaliação de protocolos de bem-estar animal elaborados por entidades promotoras de rodeios pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Fonte: Resenha Diária. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 19/08/19.

PL 7535/17. Câmara Federal. Comissão de Constituição e Justiça. Aprova Projeto de Lei 7535/17, do deputado Carlos Gomes (PRB/RS), de apoio à cadeia produtiva da reciclagem que cria incentivos para investimentos de pessoas físicas e jurídicas em projetos de apoio à reciclagem, por meio de deduções no imposto de renda. O texto aprovado limita as deduções a 6% do imposto devido para pessoas físicas e a 1% para pessoas jurídicas, desde que não excedam os limites percentuais de dedução já previstos na legislação vigente. O projeto também cria um fundo de apoio para ações voltadas à reciclagem e autoriza a constituição de fundos de investimentos para projetos de reciclagem a serem regulados pela Comissão de Valores Mobiliários. Fonte: Novidades Legislativas • Nº 51 • 20 de agosto de 2019.

Decreto nº 9.987, de 26 de agosto de 2019 Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Dispõe sobre o Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico. Fonte: Resenha Diária. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 26/08/19.

Instrução Normativa Nº 23, de 20 de agosto de 2019. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Secretaria da Defesa Agropecuária. Aprova o Regulamento Técnico que fixa a identidade e os requisitos de qualidade que devem apresentar o camarão fresco, o camarão resfriado, o camarão congelado, o camarão descongelado, o camarão parcialmente cozido e o camarão cozido. Fonte: Sinopse, nº 129, de 14 de agosto de 2019.

Instrução Normativa Nº 24, de 20 de agosto de 2019. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Secretaria da Defesa Agropecuária. Aprova o Regulamento Técnico que fixa a identidade e os requisitos de

qualidade que devem apresentar a lagosta fresca e a lagosta congelada. Fonte: Sinopse, nº 139, de 28 de agosto de 2019.

Portaria Nº 138, de 26 de agosto de 2019. Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral Portarias Agência Nacional de Energia Elétrica. Instituinto o Comitê Técnico de Segurança de Barragens de Rejeitos de Mineração - CTBMin, de caráter permanente, com a finalidade de supervisionar as ações relativas à estabilidade e segurança de barragens de rejeitos de mineração, em consonância com a Política Nacional de Segurança de Barragens - PNSB. Fonte: Sinopse, nº 139, de 28 de agosto de 2019.

Decreto nº 9.992, de 28 de agosto de 2019. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Determina a suspensão da permissão do emprego do fogo de que trata o Decreto nº 2.661, de 8 de julho de 1998, no território nacional pelo prazo de sessenta dias. Fonte: Resenha Diária. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 29/08/19.

Decreto nº 9.997, de 30 de agosto de 2019. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Altera o Decreto nº 9.992, de 28 de agosto de 2019, que determina a suspensão da permissão do emprego do fogo de que trata o Decreto nº 2.661, de 8 de julho de 1998, no território nacional pelo prazo de sessenta dias. Fonte: Resenha Diária. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 31/08/19.

Resolução Nº 4.741, de 29 de agosto de 2019. Ministério da Economia. Banco Central do Brasil. Ajusta normas gerais do crédito rural que tratam dos financiamentos para pesca e aquicultura. Fonte: Resenha Diária. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 31/08/19.

SETEMBRO

Resolução Nº 79, de 21 de agosto de 2019, Presidência da República. Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos. Opina pela qualificação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI pela inclusão no Programa Nacional de Desestatização - PND das unidades de conservação Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, Parque Nacional de Jericoacoara e Parque Nacional do Iguaçu, para fins de concessão da prestação dos serviços públicos de apoio à visitação, à conservação, à proteção e à gestão das unidades. Fonte: Sinopse, nº 143, de 03 de setembro de 2019.

PL 312 de 2015. O plenário da Câmara dos Deputados aprovou o PL 312 de 2015, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. O projeto prevê pagamentos monetários e não monetários para a promoção de ações como: i) conservação e recuperação da vegetação; ii) conservação e melhoria da quantidade e da qualidade da água produzidas em bacias hidrográficas; iii) recuperação e recomposição da cobertura vegetal nativa; iv) manejo sustentável de sistemas agrícolas que contribuam para a conservação

do solo, da água e da biodiversidade; e v) triagem e coleta individual ou cooperativa de resíduos sólidos recicláveis para o aumento da vida útil dos aterros sanitários. Dentre as áreas elegíveis para o recebimento de pagamento de serviços ambientais estão: i) as cobertas com vegetação nativa; ii) sujeitas a restauração ecossistêmica; iii) unidades de conservação; iv) territórios quilombolas; e v) terras indígenas. São requisitos para que propriedades e agentes privados acessem o PSA: i) inscrição da propriedade no Cadastro Ambiental Rural (CAR); ii) adimplência em relação a termo de ajustamento de conduta firmado junto aos órgãos competentes; e iii) áreas livres de embargos. O projeto prevê que os valores recebidos como PSA não integrarão a base de cálculo do Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, PIS e COFINS. Fonte: Novidades Legislativas Ano 22 • Nº 55 • 03 de setembro de 2019 • www.cni.org.br

Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Fonte: Resenha Diária. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 04/09/19.

Portaria nº 3.326, de 12 de setembro de 2019. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Altera o Regulamento Interno de Fiscalização Ambiental aprovado pela Portaria nº 24, de 16 de agosto de 2016. Fonte: Sinopse, nº 152, de 17 de setembro de 2019.

Lei nº 13.873, de 17.9.2019. Altera a Lei nº 13.364, de 29 de novembro de 2016, para incluir o laço, bem como as respectivas expressões artísticas e esportivas, como manifestação cultural nacional, elevar essas atividades à condição de bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro e dispor sobre as modalidades esportivas equestres tradicionais e sobre a proteção ao bem-estar animal. Fonte: Resenha Diária. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 18/09/19.

Resolução nº 21, de 7 de agosto de 2019. Ministério do Meio Ambiente. Conselho de Gestão do Patrimônio Genético. Estabelece forma de cumprimento da exigência de apresentação de Relatório de Atividades, e dá outras providências. Fonte: Sinopse, nº 153, de 18 de setembro de 2019.

Resolução nº 22, de 7 de agosto de 2019. Ministério do Meio Ambiente. Conselho de Gestão do Patrimônio Genético. Altera a Resolução CGen nº 09, de 20 de março de 2018, para estabelecer a forma alternativa de identificar o patrimônio genético ou o conhecimento tradicional associado. Fonte: Sinopse, nº 153, de 18 de setembro de 2019.

Decreto nº 9.939, de 24/07/2019. Altera o Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, para dispor o Conselho Nacional do Meio Ambiente. Fonte: Informe Ambiental FIESP. Edição 135 | Agosto 2019.

Decreto nº 9.954, de 05/08/2019. Dispõe sobre a qualificação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da

Presidência da República. Fonte: Informe Ambiental FIESP. Edição 135 | Agosto 2019.

Portaria Normativa do Ministério da Defesa nº54, de 15/07/2019. Revoga dispositivos da Portaria Normativa nº1.887, de 22 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para mitigação dos riscos operacionais à aviação decorrentes de perigo aviário nos aeródromos e suas imediações. Fonte: Informe Ambiental FIESP. Edição 135 | Agosto 2019.

PL nº 3913/2019. Proíbe o licenciamento ambiental de barragens de rejeitos e de barragens de resíduos industriais novas, estabelece regras de segurança e prazo para o descomissionamento das barragens de rejeitos e das barragens de resíduos industriais em construção ou existentes, ativas e inativas, e institui a Taxa de Fiscalização de Segurança de Barragens de Rejeitos (TFsBR). Fonte: Informe Ambiental FIESP. Edição 135 | Agosto 2019.

PL nº 3962/2019. Altera a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. Fonte: Informe Ambiental FIESP. Edição 135 | Agosto 2019.

PL nº 3791/2019. Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA), e altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 7.797, de 10 de julho de 1989, e nº12.114, de 9 de dezembro de 2009. Fonte: Informe Ambiental FIESP. Edição 135 | Agosto 2019.

PL nº 3915/2019. Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para tipificar o crime de desastre ecológico de grande proporção ou que produza estado de calamidade pública, bem como a conduta do responsável por desastre relativo a rompimento de barragem. Fonte: Informe Ambiental FIESP. Edição 135 | Agosto 2019.

OUTUBRO

Portaria Nº 2.594, de 1º de outubro de 2019. Ministério da Saúde Gabinete do Ministro. Dispõe sobre a Comissão de Biossegurança em Saúde. Fonte: Sinopse, nº 164, de 03 de outubro de 2019.

Resolução Normativa Nº 23, de 3 de outubro de 2019. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Comissão Técnica Nacional de Biossegurança. Dispõe sobre a concessão de autorização pela CIBio para liberação planejada no meio ambiente de organismos geneticamente modificados da classe de risco 1 que já tenham sido aprovados anteriormente na CTNBio para fins de avaliações experimentais em liberações planejadas, com subsequente notificação à CTNBio. Fonte: Sinopse, nº 165, de 04 de outubro de 2019.

Instrução Normativa Conjunta Nº 8, de 27 de setembro de 2019. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Estabelece procedimentos entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes - e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA - relacionados à Resolução nº 428, de 17 de dezembro de 2010, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, e dá outras providências no âmbito do licenciamento ambiental federal. (Processo IBAMA nº 02001.012700/2018-08 e ICMBio nº 02070.006165/2017-43). Fonte: Sinopse, nº 165, de 04 de outubro de 2019.

Lei nº 13.881, de 8 de outubro de 2019. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para estender a subvenção econômica nela prevista a produtos extrativos de origem animal. Fonte: Resenha Diária. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 09/10/19.

Portaria Nº 375, de 10 de junho de 2019. Ministério do Meio Ambiente. Gabinete do Ministro. Altera a Portaria nº 409, de 29 de outubro de 2018, que institui a Política de Governança, Riscos e Controles do Ministério do Meio Ambiente. Fonte: Sinopse, nº 169, de 10 de outubro de 2019.

Resolução Nº 20, de 7 de agosto de 2019. Ministério do Meio Ambiente Conselho de Gestão do Patrimônio Genético. Estabelece procedimentos para que a Secretaria-Executiva do CGen cancele os cadastros de acesso, de remessa, ou de notificação de produto acabado ou material reprodutivo, nos casos em que especifica. Fonte: Sinopse, nº 170, de 11 de outubro de 2019.

Resolução Nº 23, de 7 de agosto de 2019. Ministério do Meio Ambiente Conselho de Gestão do Patrimônio Genético. Estabelece a forma de cadastro da procedência do patrimônio genético no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado - SisGen, quando não for possível informar o número do cadastro de acesso que deu origem ao produto intermediário obtido de terceiro. Fonte: Sinopse, nº 170, de 11 de outubro de 2019.

Decreto nº 10.062, de 14 de outubro de 2019. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Institui o Conselho Consultivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal. Fonte: Resenha Diária. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 15/10/19.

Lei nº 13.887, de 17 de outubro de 2019. Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências. Fonte: Sinopse, nº 175, de 21 de outubro de 2019.

Medida Provisória nº 900, de 17 de outubro de 2019. Autoriza a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, a contratar instituição financeira para criar e gerir fundo privado constituído por recursos decorrentes da conversão de multa de que trata o art. 72, § 4º, da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e

dá outras providências. Fonte: Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 18/10/19.

Resolução nº 45, de 22 de outubro de 2019. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações/Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal. Reconhece método alternativo ao uso de animais em atividades de pesquisa no Brasil. Fonte: DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Publicado em: 25/10/2019 | Edição: 208 | Seção: 1 | Página: 14.

NOVEMBRO

Instrução normativa nº 52, de 25 de outubro de 2019. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Gabinete da Ministra. Estabelece excepcionalmente períodos de defeso adicionais para o ano de 2019, em decorrência da grave situação ambiental resultante de provável contaminação química por derramamento de óleo no litoral da região nordeste, proibindo a atividade pesqueira. Fonte: Diário Oficial da União. Publicado em: 29/10/2019 | Edição: 209 | Seção: 1 | Página: 3.

Instrução normativa nº 54, de 29 de outubro de 2019. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Gabinete da Ministra. Estabelece o período de defeso e define as regras para o desembarque, o transporte, o armazenamento, a comercialização e o beneficiamento das espécies de lagosta vermelha (*Panulirus argus*), verde (*Panulirus laevicauda*), pintada (*Panulirus echinatus*) e sapateiras (*Scyllarides brasiliensis*, *Scyllarides delfosi*, *Scyllarides aequinoctialis* e *Scyllarides deceptor*) nas águas jurisdicionais brasileiras. Fonte: Diário Oficial da União. Publicado em: 31/10/2019 | Edição: 211 | Seção: 1 | Página: 2.

Instrução normativa nº 53, de 29 de outubro de 2019. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Gabinete da Ministra. Altera a Portaria Interministerial nº 59-A, de 9 de novembro de 2018, da Secretaria-Geral da Presidência da República e do Ministério do Meio Ambiente, que define as medidas, os critérios e os padrões para a pesca de cardume associado e para outros aspectos da pesca de atuns e afins no mar territorial, na Zona Econômica Exclusiva e nas águas internacionais por embarcações de pesca brasileiras. Fonte: Diário Oficial da União. Publicado em: 30/10/2019 | Edição: 210 | Seção: 1 | Página: 4.

Portaria Nº 651 de 31 de outubro de 2019. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Institui a Comissão Permanente de Compensação Ambiental - CPCAM. Fonte: Sinopse, nº 185, de 04 de novembro de 2019.

DEZEMBRO